

**SETE ANOS DE LUTA: A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE  
ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR LUIZA MAHIN**

Profa. Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans  
*Professora Adjunta FND/UFRJ*

Júlia Lurdes Timbó de Souza, Kerollayne Regina Silveira da Paixão Castro,  
Leonardo Batista Bezerra, Maria Luiza Galle Lopedote, Mariana Barros Nogueira Dias, Thiago  
Carvalho de Oliveira Garcia, Thuane Rodrigues Nascimento, Viviane Carnevale Hellmann  
*Graduandos/as FND/UFRJ*  
[luizamahinmajup@gmail.com](mailto:luizamahinmajup@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo deste texto é apresentar a trajetória de sete anos do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, projeto de extensão universitária da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND-UFRJ). Atualmente, o grupo assessora diversas comunidades e movimentos sociais, atuando principalmente em três esferas: direito à cidade, reforma agrária e direito à educação crítica e emancipatória. Concebido e trabalhado à luz da autonomia estudantil, o NAJUP engaja mais de trinta estudantes de graduação e conta com a orientação de quatro professoras do campo da advocacia popular: duas vinculadas à Faculdade de Direito e duas ao Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH).

**Palavras-chave:** assessoria jurídica popular; extensão universitária; educação popular; pesquisa-militante.

**Introdução**

O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin é um projeto de extensão da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND-UFRJ) que engaja mais de trinta estudantes de graduação, e conta com a participação e orientação de quatro professoras do campo da advocacia popular, sendo duas vinculadas à Faculdade de Direito e duas ao Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH). Batizado de Luiza Mahin, nome católico pelo qual Kehinde ficou popularmente conhecida, recebemos o nome de uma figura que representou resistência contra a escravização para lembrarmos que nossa atuação é comprometida com a transformação social.

A história de Luiza Mahin é uma das muitas histórias do período escravocrata que, por falta de registros oficiais da experiência africana no Brasil, sobretudo no que concerne às experiências de resistência, mito e realidade se misturam no imaginário social. No entanto, com base nos registros resgatados por Ana Maria Gonçalves (2019), na construção do romance “Um defeito de cor”, e nas cartas escritas por seu filho, o abolicionista, reconhecido como Patrono da Abolição da Escravidão, Luiz Gama, pode-se dizer que ela foi uma mulher de origem nagô sequestrada na Costa da Mina para ser escravizada no Brasil e teve papel essencial na articulação da Revolta dos Malês e participação na Revolta da Sabinada.



Sendo um projeto de extensão universitária, o NAJUP segue as diretrizes nacionais da Política Nacional da Extensão Universitária (2012) e está sob a égide do princípio constitucional da autonomia universitária e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previstos no art. 207 da CRFB (BRASIL, 1988). O projeto tem como objetivo principal a troca de saberes entre os estudantes e movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro, buscando contribuir na formação de uma consciência crítica. Desse modo, visa permitir ao graduando e graduanda de direito atuar nos conflitos sócio-jurídicos de forma a contribuir na transformação e construção de uma sociedade mais justa, assim como ser ativo na efetivação dos direitos e políticas públicas desses sujeitos coletivos (NAJUP, 2012).

Nesse sentido, o projeto se articula por meio de um tripé metodológico: a educação popular, a assessoria jurídica popular e a pesquisa militante - bebendo na fonte, também, da pesquisa participante e da pesquisa ação. A pesquisa participante dialoga com os princípios metodológicos da educação popular, e, por isso, a prática extensionista do NAJUP se pauta na interação dialógica entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, com a troca de saberes e experiências por meio de diálogo horizontal e democrático, entendendo a potencialidade da educação e da pedagogia engajada em transgredir sistemas de dominação. Tal prática é pensada por meio das referências de Paulo Freire (1987) e bell hooks (2013). A metodologia da educação popular estimula a construção coletiva do conhecimento no processo educativo, promovendo “sínteses culturais” e evitando, dessa forma, a “invasão cultural” (FREIRE, 1987) e o epistemicídio (SANTOS e MENESES, 2009).

De igual modo, a pesquisa militante se apresenta como uma das ferramentas metodológicas utilizadas pelo NAJUP Luiza Mahin cuja contribuição é essencial para reafirmar práticas e posturas extensionistas marcadas pela “relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 198) e, portanto, comprometida com a necessidade de mudança da realidade social — manifestamente injusta e desigual — na qual se insere, bem como com as lutas políticas indispensáveis para combatê-la (BRINGEL, MALDONADO e VERSIANI, 2016, p. 7), que se estabelecem a partir da atuação junto aos movimentos sociais populares aos quais prestamos assessoria jurídica.

Importante destacar que a prática da assessoria jurídica popular desenvolvida pelo NAJUP Luiza Mahin não deve ser confundida com a prática dos serviços tradicionais de assistência jurídica, como os escritórios modelos de várias universidades. Como explica Campilongo (2011), o assessor jurídico popular estabelece uma relação horizontal e de coordenação com seus assessorados e “confere a seu conhecimento profissional uma função



social”. Nessa prática existe uma preocupação com a socialização do conhecimento jurídico que contribuam para que os casos sejam pensados conjuntamente entre assessorados e assessores e também as arenas institucionais destinatárias das demandas – não somente o Judiciário, mas também o Legislativo e o Executivo (CAMPILONGO, 2011).

Importa destacar que o NAJUP Luiza Mahin inicia sua atuação ao tempo em que as ações afirmativas se consolidam na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Lei 12.711 de 2012, conhecida com a Lei de Cotas, ao reservar vagas para estudantes de baixa renda, negros/as e indígenas oriundos de escolas públicas nos processos seletivos para instituições federais de ensino, inseriu um novo perfil de estudantes ao ensino superior que historicamente não teve acesso à academia. Além do objetivo de superar as disparidades socioeconômicas e raciais, as ações afirmativas têm por efeito a inserção de novas narrativas na produção de conhecimento acadêmico que transgridem a lógica colonial que limitava determinados agrupamentos sociais a serem objetos científicos do campo das ciências humanas, mas nunca sujeitos de suas próprias histórias.

É notável que o NAJUP não está alheio a esse processo político. Ao longo de seus sete anos de atuação, que coincidem com os sete anos de vigência das ações afirmativas nas universidades federais, o Núcleo tem atraído estudantes que não apenas compreendem novas formas engajadas de fazer o direito e têm interesse pelos diálogos da assessoria jurídica, mas que, muitas vezes, têm suas vidas perpassadas pelos mesmos dilemas enfrentados pelas comunidades e movimentos sociais assessorados pelo projeto. Outrossim, surgem as demandas por mais perspectivas que pautem racialidade nas discussões realizadas pelo grupo e maior presença do pensamento negro no repertório bibliográfico utilizado como base metodológica. Esforços que opõem-se à logicidade pela qual o epistemicídio, como Sueli Carneiro (2005) compreende, opera, ou seja, pela negação do acesso à educação de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual e pela deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento.

Assim, desde 2012 o NAJUP Luiza Mahin desenvolve suas atividades de assessoria jurídica popular a diferentes movimentos sociais e coletivos e, atualmente, nossa atuação se articula em três eixos principais: (1) o direito à cidade (com ênfase no direito à moradia digna e direito à vida em territórios de favelas), (2) luta pela reforma agrária e (3) direito à educação crítica. O presente artigo se propõe a sistematizar e apresentar a experiência desses sete anos de NAJUP Luiza Mahin, com ênfase nas atividades mais recentes do Núcleo.



### **Eixos de atuação do NAJUP Luiza Mahin**

Conforme mencionado acima, o NAJUP atualmente trabalha em três eixos principais que serão apresentados nesse tópico: (1) o direito à cidade (com ênfase no direito à moradia digna e direito à vida em territórios de favelas), (2) luta pela reforma agrária e (3) direito à educação crítica.

#### **1. Direito à cidade**

Desde sua origem, o NAJUP atua no eixo do direito à cidade. O grupo iniciou sua atuação no apoio a coletivos de resistência contra remoções, inicialmente com a comunidade Estradinha, e depois fortalecemos a luta de outras, como a Metrô Mangueira e Rio das Pedras, em parceria com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH/DPE-RJ). Atualmente, o NAJUP trabalha com movimentos sociais que organizam ocupações urbanas na disputa pelo direito à moradia digna.

A assessoria jurídica e advocacia popular na luta pela terra urbana tem por base aquilo que Gomes (2019) definiu como luta pela desmercantilização da moradia e sua dissociação da dinâmica das relações de troca capitalistas, buscando uma democratização da cidade (2019, p. 10). Ao passo que aproximava-se o fim do regime escravista, consolidava-se o ideário proprietário e excludente através da Lei de Terras, promulgada em 1850. Conforme colocado por Martins: “se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (MARTINS, 2013, p.50). Assim, os ex-escravizados tiveram grande dificuldade para alcançar o acesso a terra e a habitação digna.

Dessa forma, “logo após a abolição, houve um fomento da imigração e a mão de obra negra passou a ser excedente vivendo de trabalhos inferiores e/ou exploratórios com remunerações reduzidas” (FRANCISCO, MONTEIRO, 2019, p. 2), o que pode ser caracterizado com um dos principais cerne da gigantesca desigualdade social que faz com que a maior parte dos assessorados pelo Núcleo seja negra. “Assim, ex-escravizados tendo grandes dificuldade para alcançar o acesso a terra e a habitação digna” possuíam na sua maioria apenas duas alternativas: “se estabelecerem em áreas distante dos centros, por apresentarem baixo custo, ou se manterem nos centros de forma precarizada em busca de trabalho” (FRANCISCO, MONTEIRO, 2019, p.2).

O NAJUP, com suas ações junto às ocupações assessoradas, viu se elucidar o quão tênue é a linha que impõe o aprisionamento de uma raça, a qual determina quais corpos possuem direito à moradia. Assim, é possível nomear que todo esse fenômeno de desigualdade social,



no Estado do Rio de Janeiro, é fruto genuíno do racismo, bem como fazer uma ligação com a luta pela moradia digna de uma forma racializada e o que Gonzalez coloca:

O racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branca ocidental à 'inferioridade' negroafricana. A África é o continente 'obscuro', sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua 'natureza sub-humana', a exploração sócio-econômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada 'natural'. (GONZALEZ, 1988, p.77)

Pôde-se traçar, então, que a negação do direito à moradia que está diretamente vinculada a população negra se trata de uma forma de promover propositalmente a manutenção da hierarquia racial inicializada na colonização.

E, seguindo com as reflexões de Gomes, tais “considerações são essenciais para pensarmos o direito à cidade no Brasil, vez que a concentração fundiária está no cerne da forma como o capitalismo se realiza em nosso país” (2019, p. 17). Há ainda a particularidade da cidade do Rio de Janeiro nesse contexto, que é a de ter se consagrado sede de megaeventos, adotando um modelo de cidade neoliberal compreendida como um balcão de negócios e, ao mesmo tempo, uma cidade de exceção, onde não há nenhuma mediação e é o capital, diretamente, quem dita as regras do “planejamento” urbano (VAINER, 2011). Considerando que o território em que moramos representa o acesso, ou não, à direitos (MARICATO, 2003, *apud* GOMES, 2019, p. 12), os movimentos urbanos populares buscam, a partir de sua luta organizada, a efetivação de dispositivos constitucionais de função social da propriedade e direito à moradia, dentre outros, e a democratização do espaço urbano.

A Ocupação Solano Trindade foi a primeira a demandar do NAJUP uma atuação jurídica, feita em parceria com o extinto Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola. A Ocupação teve início em agosto de 2014, quando 30 famílias ocuparam um terreno em Duque de Caxias que descumpria sua função social por estar desocupado há anos (GOMES, 2019, p. 25). A partir da demanda do movimento, o NAJUP construiu diversas atividades com as famílias da ocupação. Em especial, a realização de oficinas sobre direito à cidade e cidadania, além de direito das mulheres e da família, e ainda com discussões sobre a conjuntura política de desmonte de direitos sociais (GOMES, 2019, p. 70-83). O NAJUP também contribuiu para fortalecer a luta do movimento nas campanhas e mobilizações, e patrocina as famílias no processo judicial e administrativo.

Após essa primeira experiência de atuação jurídica, surgem novas demandas de atuação em outras ocupações. Dentre elas, ocupações realizadas pelas Brigadas Populares na cidade do Rio de Janeiro. Dentre as ocupações organizadas pelo movimento no Rio de Janeiro estão a



Povo Sem Medo, a Moisés e a Vila Canaã. As atuações do NAJUP foram realizadas em parceria com o movimento social e o Núcleo foi responsável por contribuir com a mobilização política, além da atuação junto aos processos judiciais, administrativos e legislativos etc. Como já destacado, Campilongo (2011) aponta que a atuação da assessoria jurídica popular se dá em diferentes arenas institucionais nem sempre sendo o Judiciário o principal, muitas vezes o Legislativo e o Executivo são os destinatários das demandas coletivas.

A Ocupação Vila Canaã, também denominada de São Januário, teve início em agosto de 2018, no Bairro São Cristóvão, município do Rio de Janeiro, e conta com cerca de 140 famílias. Junto ao movimento, o NAJUP vem desenvolvendo uma série de atividades, com visitas à ocupação para auxiliar no cadastro das famílias, fortalecimento das campanhas e mobilizações, idas ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para as sessões de julgamento do caso, acompanhamento do processo judicial etc. No seminário do NAJUP de 2019, sobre o qual falaremos em mais detalhe adiante, contamos com a participação de Maria da Glória, coordenadora da Vila Canaã, que ensinou sobre a luta pela moradia e o que é ser uma moradora de ocupação. O NAJUP tem como atividade programada a construção de uma oficina para rememorar a história da luta e, na mesma ida, ter um momento de “balcão de direitos” para sanar dúvidas individuais. A Ocupação Vila Canaã está enfrentando um processo de despejo no poder judiciário, mas segue firme na luta pela efetivação do direito à moradia através do poder executivo municipal, já que o terreno que ocupam não cumpre a função social da propriedade. Nesse sentido, além da atuação na ação de reintegração de posse integrantes do NAJUP participaram de audiência pública na Câmara de Vereadores e de um grupo de trabalho na Prefeitura Municipal com o objetivo de promover a regularização fundiária da ocupação.

A Ocupação Povo Sem Medo teve início em outubro de 2018, realizada num imóvel particular que descumpria sua função social na Pavuna, na cidade do Rio de Janeiro, com a participação das Brigadas Populares. O NAJUP atuou desde o início da ocupação acompanhando, também, o processo judicial de reintegração de posse, a audiência pública na Câmara de Vereadores e de um grupo de trabalho na Prefeitura Municipal com o objetivo de promover a regularização fundiária da ocupação. O NAJUP realizou ainda uma oficina sobre direito à cidade e moradia digna na ocupação com o objetivo de socializar o conhecimento jurídico com os moradores da ocupação.

O MTST, outro movimento com o qual trabalhamos, surge no final da década de 1990 em Campinas, fruto de intenso diálogo e estreita relação com o MST (GOULART, 2011 *apud* GOMES, 2019). Hoje presente em quatorze estados brasileiros, organizou no Rio de Janeiro a



Ocupação Zumbi dos Palmares e, mais recentemente, a Ocupação 6 de Abril, em Niterói. Iniciada em 2018 para denunciar a inércia do governo em relação às tragédias do Morro do Bumba em 2008 (quando ocorreram uma série de deslizamentos e foram desalojadas dezenas de famílias), a Ocupação 6 de Abril estabeleceu-se em um terreno onde deveriam ser realizadas obras de um posto de saúde, na região de Sapê, e contou com cerca de 180 famílias (GOMES, 2019). O NAJUP esteve presente desde a instalação propriamente dita da ocupação e nas atividades que se seguiram a ela, com oficinas, atos públicos e debates. Após dois meses, o movimento avançou nas negociações com a prefeitura e a ocupação foi desfeita, mas atividades em uma praça próxima ao local seguiram sendo organizadas (GOMES, 2019, p. 33, 55, 67-70).

Desde 2018 o NAJUP começou a atuar no debate do direito à vida em territórios de favelas através do “Circuito Favelas por Direitos”, projeto da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que tem como fim coletar relatos de violações de direitos em favelas e áreas periféricas da cidade e construir uma narrativa diferente sobre a segurança pública posta a partir da intervenção federal de 2018 e da eleição do executivo de 2019. O circuito também tem por objetivo compartilhar o conhecimento sobre direitos com os moradores das favelas e periferias visitadas procurando contribuir na luta contra as violações de direitos.

## **2. Luta pela reforma agrária**

Em relação ao eixo de luta pela reforma agrária, apresentaremos a seguir nossa atuação de assessoria jurídica popular junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na construção e fortalecimento de assentamentos organizados no Estado e da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA).

Sobre a temática, é importante compreender que no Estado do Rio de Janeiro, o século XX marca um processo de urbanização e desruralização intensos, sendo considerado hoje o estado mais urbanizado da federação (ALENTEJANO, 2003). Em um contexto mais amplo, o processo de êxodo rural no Brasil tem como marco a década 1930, quando se intensificam os movimentos migratórios em direção às cidades, que apresentavam uma série de atrativos, ao passo que no campo não havia uma política efetiva de reforma agrária (MARICATO, 2003, p. 152). O regime empresarial-militar logo promulga o Estatuto da Terra, que, para Bruno, acaba por impulsionar a concentração de terra (1997, p. 152).

Nos anos 1980, durante o processo de redemocratização, e na década seguinte, multiplicam-se os conflitos fundiários e as mobilizações por reforma agrária e políticas públicas no campo nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e incentivo à produção agrícola familiar



(MEDEIROS et al, 2014, p. 128-130). Nesse contexto, o Movimento Sem Terra (MST) inicia sua organização já nos anos 1970, mas em âmbito estadual apenas em meados de 1990 alcança, com nova força, articulação no estado. Atualmente, o movimento organiza diversos assentamentos, dentre eles aqueles em que atuamos: PDS Irmã Dorothy, em Quatis, PA Roseli Nunes, em Piraí, e PDS Osvaldo de Oliveira, em Macaé.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira está localizado na Fazenda Bom Jardim, no município de Macaé, e tem cerca de 53 famílias. Organizado pelo MST, é o primeiro assentamento do estado do Rio de Janeiro com projeto de desenvolvimento sustentável, que supõe produção agroecológica alinhada a um manejo coletivo da terra que respeita o meio ambiente. Junto ao movimento, o NAJUP somou na construção de algumas atividades importantes. Dentre elas, as idas do NAJUP ao PDS quando foi inaugurada a Casa da Farinha e feita uma comemoração-resistência, bem como para acompanhar a visita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e do Ministério Público Federal (MPF) no local; a participação na mobilização para as sessões de julgamento no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, quando o auditório da sala ficou lotado de trabalhadores; também no Seminário realizado pelo NAJUP em 2019, contamos com a presença de Marcela Santos, assentada e coordenadora do PDS, que compartilhou conosco um pouco da experiência de um assentamento de reforma agrária. Localizado em um imóvel rural antes improdutivo, as famílias do PDS Osvaldo de Oliveira lutam pela consolidação do assentamento e contra ordens de despejo determinadas pelo judiciário.

O Assentamento Irmã Dorothy surgiu inicialmente como acampamento na Antiga Fazenda das Pedras, no município de Quatis. Após um processo judicial moroso, que durou nove anos, o judiciário emitiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) na posse do terreno onde estava localizado o acampamento, em outubro de 2014. O NAJUP prestou assessoria jurídica aos trabalhadores sem-terra no processo judicial. Além da assessoria jurídica, o Núcleo acompanha o assentamento na luta pela efetivação da reforma agrária. Fizemos idas ao assentamento através da Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA). Em uma de nossas visitas em 2019, por exemplo, houve uma roda de conversa com os assentados, representantes políticos e a própria universidade para tratar do direito à previdência social. Também, foram feitas outras duas rodas de conversa com a participação do NAJUP sobre cooperativismo e sobre o processo judicial envolvendo o assentamento. Importante destacar que, como aponta Campilongo (2011), a assessoria jurídica popular pressupõe não só,



e nem sempre, a atuação processual no judiciário, mas também a socialização do conhecimento jurídico no sentido de fortalecer a luta política pelos direitos.

O NAJUP integrou ainda duas vivências no assentamento Irmã Dorothy, realizadas pelo MST junto à Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Os estudantes, pautados na lógica da interação dialógica, participaram por ao menos três dias da vida das famílias assentadas, conhecendo e partilhando conhecimentos. Vivências semelhantes foram realizadas no Assentamento Roseli Nunes, localizado em Piraí, na Região Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, e contaram com a participação de membros do Núcleo. Nesse assentamento também foram feitas visitas durante a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA).

A JURA foi criada durante o 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários, realizado em 2013. A Jornada ocorre entre os meses de abril e maio em diversas universidades públicas e particulares e institutos de ensino por todo o país, com o objetivo de dar visibilidade ao tema da reforma agrária dentro desses espaços acadêmicos. O período foi definido para dialogar com o dia 17 de abril, no qual o MST denuncia a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa mesma data, em 1996, resultando na morte de mais de 19 trabalhadores sem terra. O NAJUP participa das JURA desde de 2014, promovendo o debate da reforma agrária na Faculdade de Direito/UFRJ através de mesas, feiras, atividades culturais como místicas, exposições, apresentações, apresentações musicais, noites culturais e ainda na realização de visita aos assentamento rurais. A Jornada é um importante espaço de troca de conhecimento entre estudantes e aqueles que militam na luta pela reforma agrária.

### **3. Direito à educação crítica**

O eixo referente à educação crítica é composto de segmentos voltados tanto ao âmbito interno, tendo como foco a formação dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito e, especificamente, os integrantes do NAJUP, quanto ao externo, cujo foco é o diálogo com a população.

Para além das reuniões internas de formação, são promovidos seminários anuais e cinedebates. O NAJUP convida membros de movimentos sociais parceiros com objetivo de proporcionar aos estudantes a perspectiva prática de aplicação do direito, tendo como cerne o entendimento de como a sociedade e, mais especificamente, como os sujeitos oprimidos pelo aparato estatal, pelo racismo estrutural, são afetados por ele. Desse modo, os futuros profissionais do direito passam a entrar em contato com aqueles que serão impactados por suas decisões, possibilitando uma sensibilização primária que, muitas vezes, não ocorreria caso não



houvessem os esforços do NAJUP enquanto difusor do discurso contra-hegemônico executando, assim, a transformação social enquanto base de atuação.

O fomento de tais atividades, assim como muitas outras, reforça a aplicação de determinados aspectos presentes em nossa metodologia. Os seminários representam a concretização da perspectiva de interação dialógica entre a sociedade e a comunidade, a partir da horizontalidade presente na troca de saberes, por meio da participação dos movimentos sociais, nos atentando a não exercer influência em sua autonomia. Conseqüentemente, levamos os conhecimentos das camadas populares e oprimidas da sociedade à universidade, desarticulando hierarquias epistemológicas. Tais eventos reverberam que o direito é feito a partir dos corpos, ou seja, é um construto social.

Ademais, como forma de complementar o eixo de educação crítica, de modo que haja maior diálogo com a comunidade externa, o NAJUP oferece aulas públicas em locais de grande movimentação no centro da cidade, incentivando um contato mais direto com a população, no intuito de democratizar o acesso a informações que impactam diretamente em sua realidade e que são, muitas vezes, distorcidas. As aulas públicas costumam ocorrer em contextos de eminentes protestos, justamente sobre as questões que estão sendo reivindicadas. Outra característica fundamental é a possibilidade de participação dos presentes, sendo possível que os estudantes e a população em geral façam perguntas ou acrescentem informações, reforçando o caráter de horizontalidade.

Ainda em relação à luta pelo direito à educação crítica, o acompanhamento de escolas de ensino médio do Rio de Janeiro ocupadas durante o movimento de ocupações de instituições públicas de ensino no ano de 2016 é destaque importante da trajetória do NAJUP ao longo desses sete anos. Ainda que possa ser categorizada como uma atuação pontual, a experiência com escolas ocupadas trouxe nova perspectiva de assessoria jurídica ao projeto por estabelecer um diálogo com uma cultura política relativamente nova, além do fato de o Núcleo, até aquele momento, ter focado seu trabalho junto a comunidades e movimentos sociais relacionados à questão fundiária.

O movimento de ocupação de escolas e universidades por estudantes em 2016 teve proporção nacional e, ao todo, no Estado do Rio de Janeiro, foram ocupadas 77 escolas, que tinham pautas gerais e pautas específicas de cada unidade, envolvendo, usualmente, questões administrativas e estruturais.

Nesse cenário, a atuação do NAJUP se inseriu no contexto de 12 escolas ocupadas da região metropolitana do Rio de Janeiro, sempre combinando a assessoria jurídica popular e a



educação popular. Em um primeiro momento, o grupo identificou pautas e demandas que os ocupantes apresentavam e posteriormente realizou rodas de conversa, intitulada como “Ocupar é ilegal?”. Além disso, o NAJUP contribuiu com os estudantes ajudando na “tradução” dos termos e andamentos da ação civil pública interposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE-RJ) na garantia dos direitos das ocupações (QUINTANS et al, 2016). Esse trabalho resultou na produção de uma cartilha construída para os secundaristas (QUINTANS et al, 2016).

Após o fim do movimento de ocupações, a atuação do NAJUP Luiza Mahin em escolas de ensino médio se resumiu a oficinas realizadas na Escola Estadual Amaro Cavalcanti, no bairro do Catete, e na Escola Municipal João Brazil, ambas no ano de 2018, que seguiram a mesma lógica das atividades realizadas nos colégios ocupados: as atividades eram pensadas a partir das demandas dos próprios estudantes da escola por meio do uso das técnicas do teatro do oprimido. As idas às escolas foram muito marcantes tanto para os integrantes do projeto, quanto para os secundaristas, onde foram articulados temas como violência contra a mulher, identidade racial e violência policial.

No que tange à produção científica, ao longo dos sete anos de trajetória do NAJUP, com referência nas epistemologias da pesquisa militante, o grupo logrou construir projetos de pesquisa que se relacionassem às questões da assessoria jurídica popular. Nessa acepção, participou de pesquisa sobre a atuação dos movimentos sociais no processo constituinte de 1988 e possui projetos sobre a atuação do poder judiciário em conflitos fundiários de ocupações coletivas: a pesquisa intitulada “Interfaces entre os movimentos pela reforma agrária e urbana: poder judiciário e ações coletivas” e o projeto de pesquisa-extensão “Cartografias jurídicas: mapeando os conflitos fundiários urbanos”. Somam-se a eles, os artigos produzidos no interior dos eixos de atuação do Núcleo e uma série de trabalhos de conclusão de curso escritos por ex-integrantes.

### **Considerações finais**

Ao longo do artigo foram apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelo NAJUP ao longo de sete anos de atuação, como foi observado foram e são desenvolvidas ações abrangendo (i) teatro do oprimido; (ii) aulas públicas; (iii) oficinas, (iv) seminários populares; (v) vivências; (vi) incidência político-jurídica; (vii) campanhas. Esses instrumentos, além de contribuírem para o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais, estimulam novas reflexões teóricas e metodológicas para o campo jurídico e impactam diretamente a formação dos estudantes e professoras envolvidas. Ao permitirem uma aproximação da universidade com



os problemas estruturais da sociedade brasileira, contribuem no fortalecimento das lutas da classe trabalhadora, dos negros e negras, da mulheres e todos aqueles que possuem os direitos violados nesse país.

### Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. 2003. Tese (Doutorado)-CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.

**AUTO de resistência**. Direção de Natasha Neri e Lula Carvalho. Rio de Janeiro, 2018. (104 min).

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 4, 2018, p. 2332-2359. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n4/2179-8966-rdp-9-4-2332.pdf>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 06/11/2019.

BRAVO, Emiliano Maldonado; BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. Pensamento Crítico Latino-americano, pesquisa militante e perspectivas subversivas do(s) direito(s): introdução ao dossiê. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, V. 7, N. 1, 2016, p. 4-17. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21800>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Edur, 1997.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo**, 2011.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-ser como Fundamento do Ser**. Tese de doutorado. São Paulo: Feusp, 2005

FRANCISCO, Larissa Brasilino; MONTEIRO, Ellen Pereira. Ocupações: a resistência da negritude nos centros urbanos. **Anais do 5º Seminário Salvador e Suas Cores - Ano 2019: Racismo, Diáspora e cidade em África e Brasil**. Salvador: FA/UFBA, 2019. Disponível em: <<http://nephu.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/457/2019/11/OCUPA%C3%87%C3%95ES-A-RESIST%C3%8ANCIA-DA-NEGRITUDE-NOS-CENTROS.pdf>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

FRANZONI, Julia Ávila. **O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012.

GOMES, Carolina Hennig. **Os movimentos sociais urbanos e o(s) direito(s): uma história de assessoria jurídica e direito à cidade**. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 21ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019.



GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) Pensando a pesquisa jurídica**, 3a edição. Belo Horizonte: editora Del Rey, 2010.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Ago. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 Jan. 2020.

MARTINS, José de Sousa. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, Jan.-Jun. 2014, p. 117-142.

MELLO, Irene. **Trajetórias, cotidianos e utopias de uma ocupação no centro do Rio de Janeiro**. (Dissertação de Mestrado), IPPUR/UFRJ, 2014.

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9-72, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2687/0>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

NAJUP/FND/UFRJ. **Projeto do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin**. Rio de Janeiro. UFRJ. 2012.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ALMEIDA, Maria Dandara Gonçalves de; EVANGELISTA, Marina Rodrigues; GOMES, Carolina Hennig; GURGEL, Thiza Marry Jacome; NASCIMENTO, Thuane Rodrigues Nascimento; SOARES, Anna Carolina de Souza. Assessoria Jurídica Universitária Popular no Acompanhamento da Ocupação das Escolas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro. IN: CORREIA, Liziane Pinto; DIEHL, Diego Augusto (orgs.). **Anais do VI Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais**. Brasília: IPDMS, 2016. P. 54-69.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. **A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

RIO DE JANEIRO (Município). **Relatório Final do Grupo de Trabalho da Ocupação São Januário**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Casa Civil do Município do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SOUZA, Raumi de. **Terra, raça e classe: a classe trabalhadora é negra**. Página do MST, 27/11/2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2020.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

**VISTA a minha pele**. Direção de Joel Zito Araújo e Dandara. Produção de CEERT. São Paulo, 2004. (15 min.).

11-13  
DEZ  
2019

Seminário Internacional

# O Direito como Liberdade

30 Anos de O Direito Achado na Rua

